

JUS SCRIPTUM'S
**INTERNATIONAL
JOURNAL OF LAW**
REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITO

a. 19 • v. 9 • n. 1-4 • 2024

- 14 **Adriano Marteleteo Godinho**
Transhumanismo e pós-humanismo: o colapso da humanidade?
- 36 **Carlos Eduardo Ferreira dos Santos**
A favelização no Rio de Janeiro e propostas de melhorias
- 88 **Douglas Jurek**
Jurisdição constitucional na era digital: repensar teórico, protagonismo regulatório e desafios interpretativos
- 171 **Gabriel Passarini**
Patente e inventividade: a patenteabilidade à luz da atividade inventiva
- 211 **Maria Gabriela Lopes de Macedo**
A fiscalização de constitucionalidade de decisões judiciais pelo Tribunal Constitucional português
- 276 **Maria Leticia Nogueira Lima**
A crise financeira, a insegurança econômica e o voto populista
- 342 **Pedro Henrique Custódio Maia Ribeiro e Silva**
Entre os vestígios históricos do Direito Internacional Público e a urgência contemporânea na proteção dos povos indígenas
- 417 **Renan Melo**
Método comparativo e direito comparado: diferenças e usos
- 451 **Jordano Paiva Rogério**
Direito da saúde de exceção: o regime excecional de contratação pública covidiana e a repercussão para a aplicação imediata da tutela à saúde
- 514 **Samara Machado Sucar**
Perspectivas de desenvolvimento de regulação transnacional do sistema financeiro
- 544 **Talita de Pedro Rossini**
Tratados internacionais de direitos humanos: a interpretação evolutiva no sistema europeu e americano
- 586 **Luis Fernando de França Romã**
A alternativa semipresidencialista proposta pelo Professor Doutor Honoris Causa Manoel Gonçalves Ferreira Filho

JUS SCRIPTUM'S
**INTERNATIONAL
JOURNAL OF LAW**
REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITO

Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2024
a. 19 v.9 n. 1-4

Jus Scriptum's International Journal of Law

Revista Internacional de Direito do Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ano 19 • Volume 9 • Número 1-4 • Janeiro-Dezembro 2024

Periodicidade Trimestral

ISSN 1645-9024

Equipe Editorial

Diretor da Revista – Editor-In-Chief

Cláudio Cardona

Conselho Editorial – Editorial Board

Joice Bernardo do Carmo, Presidente do NELB

Cláudio Cardona, Diretor da JusScriptum

Patrícia Ferreira de Almeida, Diretora Científica do NELB

Nathalia Schmidt, Diretora Científica do NELB

Maria Mariana Moura, Observadora Externa

Bruno Bueno Assalin

Caio Guimarães Fernandes

Carolina Cerqueira Cruz

Fabício Quirino

Fernando Antônio Turchetto Filho

Gustavo Martins Baini

Jordano Paiva

Leonardo Castro De Bone

Leonardo Dias da Cunha

Leonardo Pache de Faria Cupello

Maiara Motta

Márcio Roberto Silva

Maria Amélia Renó Casanova

Maria Vitória Galvan Momo

Pedro Rocha Amorim

Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira

Samara Machado Sucar

Conselho Científico – Scientific Advisory Board

Ana Rita Gil, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
André Saddy, Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (BRA)
Eduardo Vera-Cruz Pinto, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
Edvaldo Brito, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (BRA)
Fernanda Martins, Universidade do Vale do Itajaí (BRA)
Francisco Rezek, Francisco Resek Sociedade de Advogados (BRA)
Janaina Matida, Faculdade de Direito da Universidade Alberto Hurtado (CHI)
Lilian Márcia Balmant Emerique, Faculdade Nacional de Direito - UFRJ (BRA)
Luciana Costa da Fonseca, Faculdade de Direito da UFPA e do CESUPA (BRA)
Maria Cristina Carmignani, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (BRA)
Maria João Estorninho, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
Paula Rosado Pereira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
Paula Vaz Freire, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
Rute Saraiva, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
Sergio Torres Teixeira, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (BRA)
Susana Antas Videira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Pedro Romano Martines, *In memoriam*

Corpo de Avaliadores – Review Board

Anjuli Tostes Faria Melo
Camila Franco Henriques
Carla Valério
Caroline Lima Ferraz
César Fiuza
Eduardo Alvares de Oliveira
Francine Pinto da Silva Joseph
Isaac Kofi Medeiros
J. Eduardo Amorim
José Antonio Cordeiro de Oliveira
Leonardo Bruno Pereira de Moraes
Leonardo Castro De Bone
Marcelo Ribeiro de Oliveira
Marcial Duarte de Sá Filho
Maria Vitoria Galvan Momo
Plínio Régis Baima de Almeida
Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira
Rafaela Câmara Silva
Renato Sedano Onofre
Sílvia Gabriel Teixeira
Thais Cirne
Vânia dos Santos Simões

EDITORIAL

Leader

Vivemos tempos em que o Direito, constantemente instigado por crises e transformações sociais profundas, vê-se obrigado a confrontar desafios sem precedentes, da revolução tecnológica às exigências por reformas institucionais e inclusão social. Neste contexto, o presente volume da *Jus Scriptum's International Journal of Law* reúne pesquisas de excelência acadêmica, que, embora diversas em temas e metodologias, compartilham um objetivo comum: refletir sobre os desafios e possibilidades contemporâneas para o Direito diante de demandas éticas, sociais, econômicas e tecnológicas que marcam nossa época.

Abrindo o volume, Adriano Marteleto Godinho explora as complexas implicações éticas e jurídicas do transhumanismo e pós-humanismo, movimentos que, ao prometerem alterar radicalmente a condição humana, provocam uma profunda reflexão sobre limites que a tecnologia deve ou não ultrapassar. Godinho propõe uma reflexão ponderada, reconhecendo o valor terapêutico das intervenções tecnológicas que corrigem deficiências ou doenças, mas alertando para o risco existencial de transformações extremas capazes de desfigurar a essência da humanidade.

Em linha semelhante de preocupação ética, Douglas Jurek aborda a jurisdição constitucional na era digital, refletindo sobre os desafios impostos ao Judiciário pela digitalização crescente da vida social e política. Ao mesmo tempo em que argumenta que o Direito não precisa reinventar-se radicalmente para lidar com big data ou inteligência artificial, sustenta que é indispensável uma atualização interpretativa e um protagonismo regulatório ponderado do Judiciário, capaz de preservar direitos fundamentais em contextos tecnológicos complexos.

Complementando essa perspectiva tecnológica, Gabriel Passarini analisa o sistema de patentes e questiona a uniformidade da proteção oferecida às invenções, independentemente de sua relevância técnica e social. Sua proposta de graduar as patentes conforme o impacto real das inovações surge como alternativa para fomentar invenções genuinamente transformadoras, prevenindo bloqueios ao avanço tecnológico por meio de monopólios de baixo mérito técnico.

No campo das respostas a crises globais, dois artigos destacam-se pela relevância imediata. O primeiro examina as contratações públicas em tempos de COVID-19, identificando que, embora regimes excepcionais tenham permitido respostas rápidas durante a pandemia, sua continuidade sem controle adequado criou riscos significativos de corrupção e iniquidade no acesso a bens essenciais à saúde pública. A pesquisa sugere, assim, mecanismos rigorosos de auditoria e um retorno rápido à normalidade regulatória como condição para a manutenção da confiança pública.

Por sua vez, Samara Machado Sucar analisa a governança financeira global pós-crise de 2008, enfatizando que mercados financeiros altamente interconectados requerem uma regulação transnacional mais robusta. Sua proposta enfatiza princípios como proporcionalidade, transparência e accountability internacional, lembrando que a estabilidade financeira global precisa ser acompanhada por justiça social, especialmente em relação às economias emergentes.

A inclusão social e a reparação histórica constituem outro eixo fundamental desta edição. Carlos Eduardo Ferreira dos Santos examina a origem e o desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro, mostrando que a informalidade urbana e a precariedade habitacional não são meros acidentes históricos, mas consequências de políticas públicas negligentes. Sua análise oferece propostas concretas de urbanização com participação comunitária, vinculadas a um

financiamento responsável e sustentável, capaz de reparar historicamente uma injustiça socioambiental que afeta milhares de pessoas.

Em conexão com essas questões de vulnerabilidade e reparação, a autora que examina a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos em casos envolvendo povos indígenas demonstra que, apesar da solidez das decisões jurídicas internacionais, sua eficácia depende criticamente de mecanismos internos de execução. Ao analisar casos emblemáticos como *Xukuru vs. Brasil* e *Saramaka vs. Suriname*, o artigo evidencia as dificuldades práticas enfrentadas pelos Estados e oferece propostas concretas para melhorar o cumprimento dessas decisões, envolvendo atores locais e internacionais.

Na seara institucional, Maria Gabriela Lopes de Macedo expõe uma lacuna estrutural no modelo de controle de constitucionalidade em Portugal, argumentando que a impossibilidade atual do Tribunal Constitucional português rever diretamente sentenças de última instância compromete a tutela efetiva de direitos fundamentais. Ao sugerir a introdução do mecanismo de reenvio prejudicial e de controle direto de constitucionalidade sobre decisões judiciais, a autora defende reformas que garantam maior coerência e previsibilidade na proteção constitucional.

Complementando o debate sobre reformas institucionais, Luis Fernando de França Romã homenageia o constitucionalista brasileiro Manoel Gonçalves Ferreira Filho ao apresentar sua proposta de adoção do semipresidencialismo no Brasil. Baseando-se nas experiências constitucionais exitosas de Portugal e França, o artigo defende que a adoção desse modelo de governo poderia reduzir significativamente as crises de governabilidade, garantindo maior estabilidade política e clareza na responsabilidade política do Executivo perante o Legislativo.

Em seu conjunto, portanto, os trabalhos aqui reunidos oferecem uma panorâmica densa e instigante dos desafios contemporâneos enfrentados pelo

Direito. Em meio às transformações tecnológicas aceleradas, crises globais recorrentes, demandas crescentes por inclusão social e reparação histórica, e necessidades prementes de reformas institucionais, fica claro que o Direito não pode mais se restringir a uma leitura passiva dos fatos sociais. Ao contrário, exige-se dele uma postura proativa, crítica e constantemente atualizada, capaz de proteger direitos fundamentais e assegurar a dignidade humana diante de ameaças emergentes.

Este volume pretende, assim, ser um convite à reflexão e à ação. Que os estudos aqui apresentados sejam lidos não apenas como contribuições acadêmicas isoladas, mas como um conjunto integrado que lança luz sobre a complexidade das questões jurídicas contemporâneas. Que cada leitor, ao final desta leitura, sinta-se motivado não apenas a aprofundar o debate acadêmico, mas também a influenciar políticas públicas e práticas jurídicas capazes de enfrentar adequadamente as grandes questões de nosso tempo.

Agradecemos profundamente aos autores pela riqueza de suas contribuições, aos revisores pelo rigor e dedicação empregados na avaliação dos artigos, e aos leitores pela atenção dispensada a mais uma edição da *Jus Scriptum's International Journal of Law*. Que este volume seja fonte de inspiração e compromisso com um Direito cada vez mais justo, inclusivo e alinhado às necessidades de nosso tempo.

Cláudio Cardona¹
Diretor da Revista

¹ Jurista. Visa Officer na Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa. Mestrando em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Conselheiro Académico da mesma Faculdade desde

We live in an age where law is persistently challenged by rapid technological advancements, global crises, and profound societal transformations, demanding unprecedented legal responses. In this context, the current issue of the Jus Scriptum's International Journal of Law brings together diverse, insightful contributions that explore contemporary legal challenges from multiple perspectives. Despite their methodological and thematic differences, these articles share a common goal: critically examining the present and future of law as it addresses ethical, social, economic, and technological dilemmas that define our time.

Opening the issue, Adriano Marteleto Godinho addresses the complex ethical and legal implications surrounding transhumanism and post-humanism. As these movements propose radical changes to human existence, Godinho urges a thoughtful reflection on technological interventions. He acknowledges the therapeutic value of biotechnology when used to correct illness or impairments, yet warns of existential risks posed by extreme technological modifications capable of distorting humanity's essential nature.

In a similar ethical vein, Douglas Jurek analyses constitutional adjudication in the digital era, reflecting on challenges courts face amid the growing digitalization of society and governance. While advocating that existing constitutional principles remain fundamentally adequate, Jurek underscores the need for updated interpretive methods and a balanced judicial role, capable of safeguarding fundamental rights in technologically complex contexts.

Complementing this technological perspective, Gabriel Passarini scrutinizes the patent system, challenging the uniform protection granted

2021. Foi estagiário de pesquisa na Juristische Fakultät da Ludwig-Maximilians-Universität München (LMU), entre setembro de 2023 e setembro de 2024.

É Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e possui pós-graduação em Processo Civil Contemporâneo. Entre 2016 e 2025, exerceu advocacia e consultoria jurídica.

Entre 2021 e 2024, foi Diretor da International Journal of Law, revista científica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. No Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da mesma Faculdade, desempenhou vários cargos entre 2018 e 2025, incluindo Diretor, Presidente, Presidente da Assembleia, Presidente do Conselho Superior e Presidente do Conselho Fiscal. Foi ainda Conselheiro Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2019–2021), Vice-Presidente do Núcleo de História do Direito (2020–2021) e Vice-Presidente do Núcleo Académico de Lisboa do IBDFAM (2019–2020).

to inventions regardless of their technical and social relevance. Passarini suggests a differentiated patent regime, calibrated according to the actual technological impact of innovations. This approach, he argues, would stimulate genuinely transformative inventions and prevent market obstruction through trivial patents.

Two articles further stand out for addressing law's response to global crises. The first critically examines public procurement practices during the COVID-19 pandemic, highlighting how emergency procurement procedures, while necessary for rapid response, created substantial risks of corruption and unequal access to essential medical resources. The author advocates for stringent audit mechanisms and a swift return to standard procurement rules to restore public trust and accountability.

Samara Machado Sucar's piece addresses the aftermath of the 2008 financial crisis, emphasizing the need for robust transnational financial regulation given the deeply interconnected nature of global financial markets. Advocating principles such as proportionality, transparency, and international accountability, Sucar stresses that global financial stability must be achieved alongside social justice, particularly regarding emerging economies.

Social inclusion and historical reparation emerge as another central theme. Carlos Eduardo Ferreira dos Santos investigates the historical origins of informal urban settlements (favelas) in Rio de Janeiro, demonstrating that urban informality and precarious housing conditions resulted from deliberate policy neglect. His research offers concrete proposals for community-driven urban renewal, backed by sustainable and transparent funding mechanisms designed to remedy longstanding social and environmental injustices.

Connected closely to these issues of vulnerability and reparation, another article examines the Inter-American Court of Human Rights' role in protecting indigenous peoples' rights in Latin America. Despite robust international judicial decisions, the author shows how their efficacy critically depends on effective domestic enforcement mechanisms. Analyzing landmark cases such as *Xukuru vs. Brazil* and *Saramaka vs. Suriname*, the paper identifies practical implementation barriers and suggests practical improvements involving local and international actors to strengthen compliance with court rulings.

Institutional reform constitutes another critical aspect explored in this volume. Maria Gabriela Lopes de Macedo exposes structural gaps in Portugal's model of constitutional review, highlighting how the current system prevents the Portuguese Constitutional Court from directly reviewing decisions issued by higher courts, thereby weakening fundamental rights protection. By proposing the introduction of mechanisms such as preliminary referrals and direct constitutional review of judicial rulings, Macedo argues for reforms that ensure greater coherence and predictability in constitutional protection.

In a complementary discussion on institutional reform, Luis Fernando de França Romã honours Brazilian constitutional scholar Manoel Gonçalves Ferreira Filho, presenting his proposal for implementing a semi-presidential system in Brazil. Drawing insights from successful experiences in Portugal and France, Romã argues that adopting semi-presidentialism could significantly reduce governmental instability, ensuring clearer political accountability between executive and legislative powers.

Together, these contributions form a comprehensive and stimulating panorama of contemporary legal challenges. Amidst rapid technological advances, recurrent global crises, increasing demands for social inclusion and historical reparation, and pressing institutional reform needs, it becomes clear that the law can no longer remain passive. Instead, it must proactively, critically, and continually update itself to protect fundamental rights and human dignity from emerging threats.

Thus, this issue is intended as an invitation to thoughtful reflection and meaningful action. Readers are encouraged not merely to appreciate each article individually, but to understand them collectively as interconnected reflections highlighting the complexity of contemporary legal issues. We hope each reader is inspired not only to deepen academic debate but also to influence policy-making and legal practice effectively addressing today's significant questions.

*We extend sincere thanks to our contributing authors for their careful scholarship, our reviewers for their rigorous evaluations, and our readers for engaging with this new issue of *Jus Scriptum's International Journal of Law*. May this edition inspire commitment to a legal practice ever more aligned with justice, inclusion, and the pressing demands of our time.*